

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT05 As cidades no século XXI

O que é Gentrificação? Revisitando um conceito sociológico

Pedro Henrique Campello Torres

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

O que é Gentrificação? Revisitando um conceito sociológico

Introdução

O objetivo do presente trabalho, fruto de pesquisa em construção, é discutir o conceito de *Gentrificação*, suas raízes, apropriações, seus usos e abusos. Trata-se de pesquisa em perspectiva sócio histórica, tendo como referência seus principais expoentes dos anos 60 aos dias de hoje, os debates, e, sobretudo, sua inserção no campo do debate sociológico sobre as cidades contemporâneas. O interesse aqui não é a produção de uma história do conceito, mas acompanhar suas transformações e suas possibilidades para pensarmos as cidades do século XXI.

A fim de contextualizar o *estado da arte* do uso do termo foi realizado amplo levantamento bibliográfico sobre o tema, os debates envolvendo autores importantes de distintas filiações ideológicas, casos de estudos e mudanças de perspectivas para o estudo do fenômeno. Trata-se aqui de entender como os pesquisadores do urbano estão tratando o tema, teórico e metodologicamente, mas, sobretudo, como o conceito foi se transformando em uma categoria multidisciplinar, com, de acordo com a presente pesquisa, predominância no campo da geografia e do planejamento urbano.

Com intuito de contribuir com o contemporâneo debate do tema no campo da sociologia, apresento ainda para o debate – partindo da premissa de que o conceito de gentrificação pode ser aplicado em contextos e abordagens distintas – uma nova possibilidade metodológica de se trabalhar o tema. Trata-se do processo de ambientalização (ou esverdeamento) de um espaço público, processo que tem sido discutido como Green Gentrification, ou Gentrificação Verde.

O significado do conceito de gentrificação e, mais ainda, seus usos e apropriações por diferentes atores sociais, está longe de ser homogêneo. O uso dos conceitos e a reivindicação de seus sentidos e historicidade são alvos de disputas constantes. Cunhado e desenvolvido dentro do campo da sociologia, a

partir dos estudos pioneiros da socióloga Ruth Glass, em 1964, o conceito de Gentrificação tem recebido mais aceitação e penetração no campo do planejamento urbano e da geografia.

Em *Aspects of Change* (1964), Ruth Glass observou a tomada de bairros, ruas e quarteirões tradicionalmente das classes trabalhadoras de Londres, sendo “invadidos” pelas classes médias, alta e baixa. A autora apontava para o fato de que com os novos residentes novos preços, novas divisões das residências e uma nova ambiência começava a surgir na vizinhança. Para Glass, uma vez iniciado o processo de Gentrificação de uma espacialidade, rapidamente a transformação ocorria até a expulsão ou desocupação do último morador original, normalmente das classes subalternas.

Partindo da teoria marxista, a autora objetivava influenciar, com sua pesquisa, políticas públicas de governo para realizar a mudança social. Nesse sentido a invenção do termo é também um grito militante por justiça social nas cidades, contra a elitização dos bairros e para chamar a atenção sobre a *guetificação* da condição de moradia das camadas populares. O centro da cidade, antes território denegrado, local de poluição, sujeira, doenças etc, passa a ser valorizado pelas elites, em um movimento de inversão em que os mais pobres é que são levados a morar em áreas cada vez mais distantes do centro, onde o preço da terra é mais acessível Trata-se de *gentrify* uma área específica, ou seja, tornar uma localidade pobre em uma localidade para a classe média e rica.

“One by one, many of the working-class quarters of *London* have been invaded by the middle classes – upper and lower. Shabby, modest mews and cottages – two rooms up and two down – have been taken over when their leases have expired, and have become elegant, expensive residences. Larger Victorians houses, downgraded in an earlier or recent period – which were used as lodging houses or were otherwise in multiple occupation – have been upgraded once again (...) once this process of “gentrification” starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working-class occupiers are displaced and the whole social character of district is changed” (Glass, 1964, p.13).

Retorno do conceito e seus embates

Sobretudo a partir dos anos 80 o processo de Gentrificação vem ganhando a agenda de pesquisas na área acadêmica, mas, também, de grupos, redes e organizações da sociedade civil, voltadas às questões urbanas. Neil Smith (1979) é considerado o principal responsável pelo resgate do termo cunhado por Ruth Glass na década de 1960. Para o autor o termo diz respeito ao processo de transformações urbanas registradas na Europa e nos Estados Unidos, convertendo áreas centrais deterioradas no que o autor chamou de “new chic”.

Reside aí já uma premissa polêmica: seria a Gentrificação um processo datado a regiões específicas ou um processo contínuo realizável em contextos múltiplos? O debate pode ainda ser visto como um conflito teórico entre humanistas liberais e marxistas estruturais. Os dois autores que aparecem como os ícones deste debate são os geógrafos David Ley e Neil Smith. Embora Ley não tenha mencionado o fenômeno da Gentrificação em seu artigo “Liberal Ideology and the Post Industrial City”, sua abordagem sobre as transformações promovidas na cidade de Vancouver parece chave, de acordo com Hamnett (1991), para as reflexões teóricas sobre o entendimento do conceito.

Neil Smith examina o investimento e o desinvestimento de capital em áreas urbanas centrais, com uma articulação imprescindível entre a indústria imobiliária e a indústria cultural. Uma das condições para Smith para o processo de gentrificação é a existência de um estoque de imóveis sem uso ou subestimados, em áreas abandonadas pela desvalorização dos bens, sem a possibilidade de lucros para o capital. Silvana Rubino crítica o argumento de Smith para o caso brasileiro citado pelo autor em relação à cidade de São Paulo “em que os bairros-jardins (...) já em sua fundação destinavam-se às classes abastadas” (Rubino. 2004, 290).

A análise de Smith privilegia dados quantitativos e empíricos. Também se valendo de dados empíricos e quantitativos, mas adotando procedimentos etnográficos para análise Butler e Hamnet tecem um caminho em que para além do acúmulo dos imóveis, valorizam as relações de gênero, raça, estilo de vida e capital cultural para suas análises. Nesse sentido “gentrificação” não é apenas um processo de classe, tampouco de gênero. Envolve o consumo de áreas

centrais por uma classe média da qual podemos identificar não apenas a classe como a formação cultural.

Para o caso brasileiro Rubino argumenta que nossos casos, seja em São Paulo, Recife (bairro do Recife) ou Salvador (Pelourinho), haja especificidade que demandem pesquisas mais específicas.

“No Brasil, a preservação e seu instrumento tombamento são entendidos em seu valor antieconômico, raramente como um recurso. Estudos realizados em áreas revitalizadas mostram que bairros e ruas “obsoletos” tornaram-se espaços culturais e de consumo, lugares de encontro, bares, pontos turísticos, mas ainda não temos evidência suficiente para afirmar que, no tocante ao uso residencial, uma população de baixa renda tenha sido substituída por outra, de moradores “nobres”. Ainda que se trate de um processo de “gentrificação”, é também uma mudança de uso, de função da área”. (Rubino, 2004, p.293).

Não existe consenso sobre o termo no atual debate sobre as cidades contemporâneas. Se alguns autores acreditam que o termo é datado ao contexto das experiências dos Estados Unidos e Europa, outros acreditam que a chave de leitura é mais extensa. Nessa linha o principal autor é – outro geógrafo - Chris Hamnett (1991). Um dos pontos interessantes de sua análise diz respeito a que Gentrificação teria colocado um desafio as tradicionais teorias de localização e estrutura urbana. Sobretudo contestaria as teses de Hoyt, economista urbano, e Burgess, sociólogo, de que os ricos nunca reverterem seus passos ou movem-se para trás em direção a uma moradia obsoleta da qual eles desistiram.

Outra teoria que pode ser contestada nesse sentido é de W. Alonso (1980) sobre mercado de terra urbano ao afirmar que a preferência por espaço e por baixas densidades é mais importante do que a acessibilidade do centro da cidade. Smith e Williams, em *Gentrification of the city* (1986), sugerem, de acordo com Hamnett, que a Gentrificação tem sido vista como parte de uma mudança espacial em escala internacional na divisão do trabalho. As cidades estariam vivendo transformações em sua hierarquia urbana, atualmente dominada pelos fluxos de capital financeiro. Para aqueles autores, a Gentrificação não é uma escala menor de toda essa transformação, nem mesmo uma anomalia do mercado, mas sim uma rigorosa reestruturação do espaço urbano.

O debate sobre o termo pode ainda ser visto como um conflito teórico entre humanistas liberais e marxistas estruturais. Os dois autores que aparecem

como os ícones deste debate são os geógrafos David Ley e Neil Smith. Embora Ley não tenha mencionado o fenômeno da Gentrificação em seu artigo “Liberal Ideology and the Post Industrial City”, sua abordagem sobre as transformações promovidas na cidade de Vancouver parece chave, de acordo com Hamnett (1991), para as reflexões teóricas sobre o entendimento do conceito.

Para o geógrafo Chris Hamnett o conceito envolve, simultaneamente um fenômeno que é físico, econômico, social e cultural. Abre a possibilidade em sua análise não apenas para áreas em que previamente residiam a classe trabalhadora, mas também áreas abandonadas, áreas de remoção de seus residentes originais. Envolve, para o autor, a renovação física do que anteriormente é altamente deteriorado, com a renovação necessária para agradar seus novos moradores.

O mesmo entendimento é compartilhado pela geógrafa Loretta Lees, autora que tem dedicado suas pesquisas sobre o conceito e recentemente tem abordado o tema em escala planetária, editando, inclusive, os livros *Planetary Gentrification* (2016) e *Global Gentrification* (2015), com artigo de especialistas que localizam o processo também na periferia do sistema mundo, com análises e exposições empíricas de cidade como Rio de Janeiro, Lisboa, Atenas, Abu Dhabi, Cairo, Seoul, Buenos Aires, Taipei, Lagos entre outras cidades distantes do processo histórico anglo-saxão. Outro geógrafo urbano que aborda o tema e o analisa como uma etapa do processo de reorganização do capital em escala global é David Harvey. Em diversas oportunidades o autor trabalho o tema, como, por exemplo, em *Neoliberalismo: história e implicações* (2005).

Usos e apropriações do conceito no Brasil

No Brasil autores como o urbanista João Whitaker, compartilha da tese da escala planetária do termo, em seu artigo *Globalização e Urbanização Subdesenvolvida*, que o processo iniciado nas áreas centrais dos países industrializados, como o Battery Park, em Nova Iorque, e de London Docklands, em Londres, “passou a ser aplicado na periferia como receita de sucesso para

dar “nova vida” (na verdade, vida das elites) a bairros centrais abandonados por causa da nova dinâmica da economia globalizada” (2001).

A filósofa urbana, Otilia Arantes, em seu artigo na coletânea *A Cidade do Pensamento Único*, busca raízes do processo recuperando a *Carta de Atenas* como “corretagem intelectual de planos de gentrificação”. Expõe a tese de que para alguns casos a receita da Gentrificação se dá em situações históricas de desindustrialização, desinvestimentos em áreas urbanas significativas, terceirização crescente das cidades, entre outras características.

No bojo da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016) diversos artigos foram publicados em jornais, revistas e periódicos científicos brasileiros, como a Revista E-Metropolis (edição 15) e Cadernos MetrÓpole (Edição 32). Os artigos destas coletâneas seguem a linha proposta por Loretta Lee, embora a autora não seja uma referência nos textos, com o processo de Gentrificação em diversas cidades como São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Las Vegas, Paris, Lisboa, entre outras. A maior parte dos artigos tem como referência teórica Neil Smith e David Harvey.

Polêmico, datado ou não, o conceito ganhou espaço nos discursos sobre as cidades contemporâneas. Do ponto de vista da sociologia, no diálogo com os estudos urbanos, trata-se de contextualizar seus usos e apropriações, verificar como o fenômeno está presente na arena de disputas sobre o direito à cidade, como grupos sociais reivindicam direitos e tornam públicas suas demandas.

O debate acadêmico sobre o processo de gentrificação no Brasil não é novo e, recentemente, ganhou nova força com a publicação de inúmeros trabalhos relativos à gentrificação em áreas centrais de cidade, com a expulsão de antigos moradores pela força do estado – com as remoções, quanto pela força do mercado – quando o preço do mercado imobiliário sobe ao ponto de não conseguirem permanecer em seus locais de origem.

Gentrificação Verde e Justiça Ambiental

Em diversas partes do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ) com o caso da siderúrgica *CSA Thyssenkrupp* ou a exploração de óleo e gás na Baía de Guanabara, na extração do urânio em Caetité (BA), ou no rompimento da barragem de uma hidrelétrica em Mariana (MG), entre tantos outros, as lutas pelo direito à cidade, cada vez mais são lutas por justiça ambiental, reação à processos de injustiças ambientais. Nesse sentido a noção de justiça ambiental é a integração da justiça social e dos direitos humanos com os esforços para garantir a sustentabilidade ecológica.

Referência no campo dos estudos sobre justiça ambiental David Pellow¹ tem realizados novos estudos sobre os impactos das transformações nas cidades americanas e os movimentos por justiça ambiental, sobretudo a partir do diálogo com outros pesquisadores do tema, como o professor Kenneth Gould e Robert Bullard. Tema recente e objeto de investigação dos citados pesquisadores é o processo de “green gentrification”, ou gentrificação verde, em português. A oportunidade de estar aprendendo e trocando com os renomados investigadores será de grande valia para meu desenvolvimento intelectual, tanto quanto para o desdobramento da pesquisa e a criação de uma rede de pesquisa e colaboração entre esses profissionais e pesquisadores brasileiros.

Lateefa (2006), Gould e Tammy (2009 e 2016), que trabalham com a possibilidade de usos diversos para o emprego do conceito de gentrificação começaram a perceber um novo processo que começou a ganhar forma em cidades dos Estados Unidos a partir dos anos 2000: a Gentrificação Verde. O fenômeno da gentrificação verde sugere que a gentrificação não é apenas um movimento “de volta para a cidade”, mas também inclui expatriados urbanos e suburbanos que procuram qualidade de vida em espaços da cidade – ou do campo.

De acordo com Gould “*green gentrification*” é um conceito que deve ser lido em chave transdisciplinar focado na literatura sociológica, da justiça

¹ Entre os quais: a) Pellow, David N. 2007. *Resisting Global Toxics: Transnational Movements for Environmental Justice*. The MIT Press. Finalist, C. Wright Mills Award, Society for the Study of Social Problems, 2008 e b) Pellow, David N. 2002. *Garbage Wars: The Struggle for Environmental Justice in Chicago*. The MIT Press. Co-Winner, C. Wright Mills Award, Society for the Study of Social Problems, 2003.

ambiental, das desigualdades, da gentrificação, do planejamento urbano e da sociologia ambiental:

"Situamos o conceito de gentrificação verde dentro de amplos processos sociais que produzem e reproduzem a desigualdade na sociedade. Usamos o termo gentrificação verde para descrever um subconjunto de gentrificação urbana. O processo de gentrificação verde é iniciado por iniciativas ecológicas que criam ou restauraram amenidades ambientais. As amenidades ambientais atraem grupos mais ricos de residentes e expulsam os residentes de baixa renda, criando a gentrificação verde" (Gould, 2016, tradução minha).

Para o autor em fundamental distinção entre o processo clássico de gentrificação em que a gentrificação resulta em projetos ecológicos/sustentáveis para uma localidade, no caso da gentrificação verde, ao contrário, são esses projetos sustentáveis é que levam à gentrificação em um território. Não há dúvidas que gentrificação pode levar à uma valorização, na área gentrificada, de amenidades "verdes", o que busca aqui é provar que o contrário também é possível e já ocorre em cidades como Nova Iorque.

Gould apresenta então três perguntas que são as chaves para sua interpretação do processo urbano, colocando como objeto de análise perspectivas de raça, classe e moradia: A sustentabilidade embranquece uma área? (*Does greening whiten?*); A sustentabilidade enriquece? (*Does greening richen?*); e a sustentabilidade faz elevar o preço do aluguel e das moradias? (*Does greening raise rents and housing prices?*). Para responder a essas perguntas Gould apresenta cinco casos de espaços públicos para ilustrar suas análises. O mesmo procedimento pretende ser replicado aqui, e, devido ao tempo e escopo de um estágio pós-doutoral em um número menor de casos.

Para ilustrar o argumento de que espaços públicos, como parques, podem ser espaços de gentrificação Gould (2016) utiliza como exemplo o caso da revitalização e transformação em parque linear um antigo ramal elevado da linha de trem em Manhattan, conhecido como High Line, no bairro do Chelsea. O parque, inaugurado em 2009, é altamente popular e hoje um dos principais destinos turísticos de Nova Iorque, com cerca de 5 milhões de visitantes por ano. No bairro, antes reduto de parte da classe média da cidade, com a presença de lojas de serviços, autopeças, matadouros e açougues, garagens e pequenas

industrias viu crescer no seu entorno hotéis modernos, lojas de luxo, restaurantes sofisticados entre outras transformações.

O disparar do preço do solo de todo o entorno do High Line Park fez antigos símbolos do local serem forçados a se mudar. Os valores da propriedade perto do parque aumentaram cerca de 103% entre 2003 e 2011, de acordo com um estudo da Corporação de Desenvolvimento Econômico da Cidade de Nova York. Antes disso, as propriedades residenciais circundantes tinham sido avaliadas em 8% abaixo da média global para Manhattan.

A High Line seria, portanto, um exemplo perfeito de gentrificação verde - o crescente fenômeno do aumento dos valores imobiliários na sequência de um projeto de sustentabilidade urbana em larga escala. O conceito desenvolvido a partir de experiências na cidade de Nova Iorque, com as experiências de projetos como o *High Line* (Manhattan) e *Williamsburg* (Brooklyn) pode ser replicado, respeitando as diferentes conjunturas, em outras regiões dos Estados Unidos ou em países como o Brasil, como em São Paulo e no Rio de Janeiro? Peguemos, por exemplo, dois casos, um o Parque Madureira e o Parque Minhocão, para pensarmos a aplicação do conceito.

A escolha do Parque Madureira, no Rio de Janeiro, é importante para a verificação da hipótese de se é possível operar o conceito de Gould para outras realidades, como a Brasileira, e no meu caso, que venho estudando os conflitos ambientais e urbanos na cidade do Rio de Janeiro, incluindo aí o eixo suburbano, no exemplo de Madureira o debate sobre a gentrificação da região já começa a povoar alguns trabalhos acadêmicos ou mesmo artigos na grande mídia. O parque Madureira já é o terceiro maior espaço de lazer da cidade do Rio de Janeiro, com 103 mil metros quadrados.

Entre 2010 até 2013, momento pós inauguração do parque, o valor do metro quadrado no bairro de Madureira teve um aumento de 104% no metro quadrado, passando de R\$ 2.734,00 para R\$ 5.590,00. Em pesquisa realizada pelo mercado imobiliário, através do site VivaReal, o bairro estava lista das dez localidades com valorização imobiliária em meio à crise nos preços dos imóveis. De acordo com o Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro (Secovi Rio) de janeiro a outubro de 2016, portanto incluindo o período pós Olimpíadas, o valor do metro quadrado no bairro continuou a tendência de alta superando bairros da

zona norte como Tijuca, Vila Isabel e Méier, ou da zona sul como Botafogo, Leblon, Ipanema e Flamengo.

Não apenas podemos notar um aumento do preço do solo em Madureira, mas também de pedidos e autorizações para a construção no local. Os números da Secretaria Municipal de Urbanismo também indicam mudanças significativas. As licenças para construção e modificações de prédios em Madureira, Rocha Miranda, Honório Gurgel e Turiaçu passaram de 34, em 2011, para 45 (mais 32%), em 2016. Do total, 13 foram para obras em Madureira. O tipo, ou padrão, dos imóveis construídos ou com pedidos para serem edificadas também está mudando de acordo com a Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias (Ademi), sendo o projeto Bella Vita Residencial (Madureira), com 190 unidades, de dois e três quartos, um exemplo potencial da mudança ocorrendo no bairro.

Já no caso do projeto para um Parque do Minhocão em São Paulo, onde atualmente se encontra o elevador Presidente João Goulart (antigo elevador Costa e Silva), apesar do projeto ainda estar no papel² a experiência tem o potencial para debate semelhante ao ocorrido nas experiências do High Line de Nova Iorque e do HighLand na Califórnia. A via elevada que corta a cidade de São Paulo, ligando a região da Praça Roosevelt no centro, ao bairro de Perdizes. Com 3,4 quilômetros foi inaugurado em 1970, desde sua inauguração foi objeto de críticas por sua proximidade com prédios da região, causando poluição sonora e tóxica.

Desde 2010, com o anúncio do então prefeito Gilberto Kassab de projeto para demolição do elevador, grupos sociais lançaram a ideia, baseado no projeto de High Line de Nova Iorque, da criação de um parque elevado, como alternativa à demolição da via, para além da diminuição dos altos custos da demolição, a proposta se orienta na necessidade da criação de uma área de lazer verde para a cidade, sobretudo na região central da cidade. Os partidários dessa iniciativa fundaram a Associação Parque Minhocão que luta pela construção do parque.

Com o fim da circulação de veículos no elevador e a transformação da via em Parque a tendência é que os preços dos imóveis da região subam,

² No dia 9 de março de 2016 o então prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, sancionou o PL 22/2015 que cria o Parque Minhocão. Embora aprovada a Lei não garante a execução do projeto de um parque linear suspenso.

dificultando a permanência dos atuais moradores e comerciantes do entorno, modificando, tal qual no caso do exemplo de Nova Iorque a realidade dos bairros que fazem parte da área de influência do projeto.

Os exemplos citados por Gould, para enunciar os casos de gentrificação verde de Nova Iorque, se enquadram no que estamos aqui entendendo por territórios vulneráveis ou considerados degradados. São eles, na verdade, os principais locais de possíveis renovações, revitalizações e projetos articulados com o capital imobiliário que sejam altamente lucrativos, como no caso do High Line Park. Gould demonstra que a desigualdade social e a injustiça não são resultados inevitáveis de projetos de sustentabilidade urbana. Para o autor quando os líderes comunitários exigem que a equidade social se torne um componente central desses planos, e as iniciativas de políticas públicas abraçam essa visão, seria possível construir projetos urbanos alternativos.

Nesse sentido o conceito de gentrificação verde estaria associado ao reclame por justiça ambiental. Do ponto de vista do debate sobre Justiça Ambiental meus principais interlocutores são o professor David Pellow, assim como Henri Acselrad. Em seus estudos sobre o tema Pellow demonstra que as comunidades minoritárias e de baixa renda possuem uma carga desproporcional de riscos ambientais. Pellow analisa como e por que as desigualdades ambientais são criadas. Ele também explica como as políticas de classe e racial influenciaram a construção dessa “geografia do risco”. Depois de examinar os papéis dos movimentos sociais e dos trabalhadores na definição, resistência e modelagem do lixo nos Estados Unidos, ele conclui que alguns grupos ambientais, além da questão racial, estão mais expostos à desigualdade ambiental.

Ao destacar os conflitos sobre despejo de resíduos, incineração, aterros e reciclagem, Pellow fornece uma visão histórica da indústria do lixo ao longo do ciclo de vida dos resíduos. Embora seu foco esteja em Chicago, ele coloca as tendências e os conflitos em um contexto mais amplo, descrevendo como as comunidades em todo os Estados Unidos resistiram aos esforços da indústria de resíduos para localizar instalações perigosas em seus quintais. O autor trabalha com a interface do planejamento urbano e da questão ambiental, valorizando análises como sobre as vulnerabilidades locais de um território para a realização de um determinado projeto.

Acselrad tem trabalhado como a questão locacional é parte estratégica para a apropriação e reprodução do capital no território. Existe, portanto, uma geografia das escolhas locais para onde devem ser produzidos espaços desiguais na cidade, repositórios de lixo, materiais químicos, tóxicos e etc. Muitas vezes o capital imobiliário, em articulação com o poder público, aproveita territórios considerados vulneráveis para conseguir vantagens. No atual debate acadêmico sobre o conceito de vulnerabilidade podemos registrar um grande uso por médicos e profissionais da saúde, que tentam expor a vulnerabilidade como a variável relativa aos perigos da população aos danos, sobretudo tóxicos, gerados principalmente por atividades industriais, ou mesmo hospitalares – como os lixos de hospitais.

Nesse sentido a vulnerabilidade está diretamente ligada ao grau de exposição que cada sociedade, a partir de seu território, tem em relação aos agravos. Partilho da tese apresentada por Acselrad de que são as populações mais pobres que estão mais propensas aos riscos ambientais, e que a “imposição desproporcional de riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de Justiça Ambiental” (ACSELRAD: 2009).

No meu entendimento, pensando a noção de território como uma área de disputas de poder e, portanto, conflitos, a vulnerabilidade precisa ser vista como uma construção histórica, um processo. Nesse sentido a *vulnerabilidade de um território*, será definida não só por dados técnicos de infraestrutura (ou ausência dela), ou pela maneira de se calcular um risco, um agravo a que aquele local está suscetível. Mas pelo conjunto de fatores, dentro de um processo histórico, que determina condições específicas de uma localidade a ter uma realidade de injustiça social, ter recursos naturais que interessem a apropriação e reprodução do capital e ao mesmo tempo poder servi-lo com uma infraestrutura mínima para o funcionamento desta engenharia.

“é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infra-estrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e trabalho.

Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais.”. (Acselrad, Campello do A., Mello: 2009)

Bibliografia

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G., organizadores. **O que é Justiça Ambiental?** 1º. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações.** Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.* Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

CLAY, Phillip. Neighborhood Renewal: Middle-Class Resettlement and Incumbent Upgrading in American Neighborhoods. **Journal of the American Planning Association** 45:1979, 293-304.

DAVID, Harvey. **Neoliberalismo.** História e implicações. Rio de Janeiro, Editora Loyola, 2005

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 10-20, Oct. 2000.

GLASS, Ruth. London: **Aspects of Change**, ed. Centre for Urban Studies, London, MacKibbon and Kee, xiii–xlii, 1964.

GOULD, Kenneth and TAMMY, L. Lewis. **The Environmental Injustice of Green Gentrification**: Scio-Ecological Change in the Neighborhoods of Brooklyn. Paper presented at the annual meetings of the American Sociological Association, San Francisco, August, 2009.

HAMNET, C. **The blind men and the elephant**: the explanation of gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers* 16: 173–89, 1991.

LEE, Loretta, Tom Slater and Elvin Wyly (Orgs). **Gentrification**. London: Routledge, 2008.

LEE, Loretta (ORG). **Planetary Gentrification**. Bristol, Willey, 2016.

_____. **Global Gentrifications**: Uneven Development and Displacement. Bristol, Policy press, 2015.

LEY, David. "Liberal Ideology and the Postindustrial City." *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 70, no. 2, 1980, pp. 238–258.

MOOREHOUSE, Lateefa. **Green gentrification?** New Arrivals in Harlem are Forcing Changes in the Community *Amsterdam News*, 27 July, 2006.

Pellow, David N. **Resisting Global Toxics**: Transnational Movements for Environmental Justice. The MIT Press, 2007.

_____. **Garbage Wars**: The Struggle for Environmental Justice in Chicago. The MIT Press, 2002.

SARACINO-BROWN, Japonica. **A Neighborhood That Never Changes**. Chicago: University of Chicago Press.

SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association* 45 (4): 538–48, 1979.

____. and Williams, P. Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate. In: **Gentrification of the City**. N. Smith and P. Williams (Orgs). London: Allen & Unwin, 1–10, 1996.

ZUKIN, Sharon. **Loft Living: Culture and Capital in Urban Change**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.

WOLCHA, Jennifer R, Byrne, Jason e Newell, Jossua P. (Orgs). **Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities 'just green enough'**. Landscape and Urban Planning. 2014.